

Interpretações sobre o desenvolvimento brasileiro a partir dos anos 70 – interdependência ou subimperialismo? o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini

Wanderson Fabio de Melo*

O objetivo desta comunicação será explicitar as polêmicas acerca da teoria da dependência e da noção de subimperialismo envolvendo os autores Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso. Nos anos da década de 1960 passou-se a estudar as especificidades do desenvolvimento econômico no período do pós-Segunda Guerra e as relações políticas na América Latina, sobretudo o comportamento social e político das burguesias do continente. As reflexões de Ruy Mauro Marini apontaram as especificidades das burguesias, as questões da superexploração da força de trabalho e do subimperialismo. Marini foi um dos teóricos da “teoria da dependência” e crítico das concepções defendidas na CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina). Fernando Henrique Cardoso desenvolveu a “teoria da interdependência e do desenvolvimento associado” dos “países periféricos aliados aos países centrais”. Cardoso defende que a partir dos anos finais da década de 1950 ocorreu uma “nova situação de dependência” que “superou a fase imperialista” do capitalismo, o que permitiu, dessa forma, o “desenvolvimento associado da periferia”. Ademais, Cardoso recusou a noção de subimperialismo como chave explicativa da especificidade do capitalismo brasileiro a partir dos anos da década de 1970. Assim, as obras dos dois autores expressaram conclusões teóricas, ideológicas e políticas distintas. Contudo, recuperar suas posições torna-se fundamental para a compreensão da chamada “teoria da dependência” e do processo social na América latina.

O surgimento dos trabalhos de investigações da chamada “teoria da dependência” deu-se no contexto da crise intelectual da interpretação cepalina sobre o desenvolvimento latino-americano, isto é, os intelectuais da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) possibilitaram o entendimento acerca do desenvolvimento industrial no período após a crise de 1929, eles propalaram a idéia de “choques adversos” a fim de explicar a industrialização na periferia do sistema capitalista, sobretudo no caso brasileiro. Ademais, advogaram a intervenção do estado na economia no intuito de desenvolver a indústria de base. Seus ensinamentos confrontavam com as propostas dos círculos capitalistas internacionais de expansão natural da industrialização, assim como, questionaram a teoria liberal de vantagem natural no mercado internacional defendidas pelos liberais e agraristas.

Contudo, a partir dos anos da década de 1950, percebe-se o aumento de capital internacional nas economias de alguns países latino-americanos, pondo um novo ciclo de reprodução de capital. Os teóricos da Cepal, os intelectuais ligados ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e os militantes do PCB argumentavam que o aprofundamento desse processo levaria à estagnação econômica da região, uma vez que ocorreria o aprofundamento da exploração dos “países centrais”, ou “países imperialistas” sobre os países periféricos. O intelectual isebiano Hélio Jaguaribe defendia que o desenvolvimento econômico se realizaria através de medidas nacionalistas, conseqüentemente, o aprofundamento da aliança com o capital internacional levaria a

* Aluno do programa de estudos pós-graduado da PUC-SP, Doutorado em História. Professor na Faculdade Mauá – FAMA.

estagnação. Pautados no universo da “teoria das etapas”, os militantes do PCB advogavam a etapa nacional da revolução burguesa no Brasil, assim, propalavam a necessidade de realizações de medidas nacionalistas na economia, além disso, defendiam a aliança com a burguesia nacional contra o imperialismo e os latifundiários, isto é, propunham a colaboração de classes entre o proletariado e a “burguesia progressista” através de um programa nacionalista.

No entanto, intelectuais como Ruy Mauro Marini, Teotônio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso examinaram a situação concreta da realidade e posicionaram contrariamente ao entendimento dos nacionalistas. A sistematização dessa apreensão foi nomeada “teoria da dependência”. Mas, com esta nova forma de conceituação do capitalismo, desenvolveram-se diferentes abordagens acerca da noção de dependência, da formação social e política latino-americana, do caráter da burguesia e do desenvolvimento. As obras de Marini e Cardoso suscitaram um conjunto de polêmicas que são objeto desta comunicação.

Segundo o professor Ivan Cotrim, “esse debate enriqueceu a compreensão do período ditatorial no que respeita à forma como se estrutura a acumulação de capital no Brasil” (2001: 254). Dessa forma, a recuperação desse debate permite explicitar as posições dos dois intelectuais sobre a economia latino-americana e, portanto, também a brasileira. Assim, põe-se elementos para o entendimento da forma de ser do capitalismo no continente.

Realçadas essas questões, enfoca-se a ideologia, entendida neste trabalho, seguindo István Mészáros, como “consciência social prática” (1998:22), mais que simples “falsa consciência”, pois este conceito alarga a compreensão das práticas sociais, revelando que as controvérsias são acompanhadas pelo posicionamento social e político de diferentes grupos envolvidos no debate, afastando definitivamente a possibilidade da neutralidade “científica”¹. Deste modo, de acordo com a historiadora Maria Angélica Borges “trata-se de desnudar os discursos e relevar seus pressupostos, determinado, em última instância, sua angulação social”. (BORGES, 2003: 175)

As fontes para a reflexão foram os livros de Marini: *Dialéctica de la Dependencia*, *Dialéctica da Dependência* (antologia organizada por Emir Sader), seus artigos compilados em *Marini: vida e obra* (por Stédile e Transpadini). De Fernando Henrique Cardoso, utilizamos as obras: *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* e os artigos “*As desventuras da dialética*” (em co-autoria com José Serra) e “*Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina*”.

O universo teórico da dependência e da interdependência

Pretendemos problematizar as noções de dependência e interdependência, superexploração do trabalho e produção da mais-valia relativa na América Latina, subimperialismo e possibilidades do desenvolvimento, recuperando as posições dos dois

¹ Considerando as reflexões de Georg Lukacs, a autora Ester Vaismann afirma que “ser ideologia não é ideologia não é uma qualidade social fixa deste ou daquele produto espiritual, mas, ao invés, por sua natureza ontológica é uma função social, não uma espécie de ser. [...] Falar de ideologia em termos ontológico-práticos significa, portanto, analisar este fenômeno essencialmente pela sua função social que desempenha, ou seja, enquanto veículo de conscientização e previa-ideação da prática social dos homens”.(VAISMANN, 1989:420)

autores e ligando suas produções teóricas ao chão social em que suas propostas se sustentaram e serviram para a dimensão da prática.

Ruy Mauro Marini, em seu livro *Dialectica de la Dependencia*, defendeu que a expressão “dependência” significa a “relação de subordinação entre países formalmente independentes” (1973:18), e que essa relação foi posta pelos Europeus na América Latina desde o período colonial, com o desenvolvimento do capitalismo comercial. Percebe-se que Marini entende a noção de dependência como subordinação. Neste primeiro ponto, podemos verificar as diferenças acerca da noção de dependência de Fernando Henrique Cardoso, uma vez que este último advoga:

“A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não se limita apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais” (Cardoso & Faletto, 1981:125)

Mais à frente Cardoso e Faletto completam:

“a especificidade da situação atual de dependência está em que os ‘interesses externos’ radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno (sem anular, por certo, as formas anteriores de dominação) e, conseqüentemente, se alicerçam em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas. Por outro lado, a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedades não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas etc.” (Idem: 142).

Nota-se que, de acordo com Cardoso e Faletto, a nova fase da dependência permitiria superar a subordinação, expressando assim, a sua proposta de possibilidades de desenvolvimento inserido numa relação de dependência, pois nas “economias industriais periféricas” no período posterior a década de 1950, percebe-se o interesse de industrialização do mercado interno desses países por parte dos países centrais, advindo daí, a possibilidade do desenvolvimento.

Continuando sua reflexão, Cardoso e Faletto problematizam a noção de dependência, pois

“apesar das transformações assinaladas, seria possível manter a idéia de dependência ou, ao contrário, dever-se-ia substituí-la pela de interdependência. [...] Por certo, a existência de um ‘mercado aberto’, a impossibilidade da conquista dos mercados dos países mais desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida e criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do que das relativamente atrasas fornecem o quadro estrutural básico das condições econômicas da dependência.” (Idem:142).

Então, Cardoso e Faletto defendem a “teoria da interdependência e do desenvolvimento associado” ao capital internacional. A interdependência teria surgido após a década de 1950, momento em que as nações industriais periféricas teriam condições de romper com o atraso através de alianças com os países centrais, integrando a América Latina na própria evolução do capitalismo.

Desse modo, observamos a primeira grande diferença entre os autores Marini e Cardoso. Para o primeiro, o conceito de dependência está inserido na subordinação. Já para

o segundo, põe-se à questão da interdependência e o desenvolvimento associado como possibilidade de constituição do capitalismo periférico.

O tema que se seguiu a essa discussão foi a questão da superexploração da força de trabalho. Marini entendeu que nas relações entre os países imperialistas e os países dependentes verificou-se o intercâmbio desigual, uma vez que na América Latina permanece uma produção com baixo padrão tecnológico. Destarte, o recurso das burguesias dos países dependentes para compensar as perdas no mercado mundial foi a superexploração do trabalhador, que segundo Marini se caracteriza por três mecanismos: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (Marini in. Stédile & Transpadini 2005:156), revelando a especificidade do capitalismo que se fundamenta na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

O aumento da intensidade do trabalho aparece como um aumento da mais-valia, obtido através da maior exploração da força de trabalho e não do incremento de sua capacidade produtiva.

De acordo com a visão de Marini, o capitalismo assentado na superexploração do trabalhador deveu-se ao fato de que nos países dependentes a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em conseqüência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem que se preocupe em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo.

A conseqüência dessa relação para industrialização na América Latina, segundo Marini foi a:

“compressão permanente sobre o consumo individual do trabalhador não permitindo mais que uma indústria débil, que só se ampliava quando fatores externos (como as crises comerciais, conjunturalmente, e a limitação dos excedentes da balança comercial) fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação. [...] A industrialização latino-americana não cria, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercados procedentes dos países avançados” (Marini in. Stédile & Transpadini 2005:170).

É importante notar que quando o autor comenta a América Latina que formou indústrias, considera países como Argentina, México e Brasil. Nestes países, o processo de industrialização deu-se diferente dos países imperialistas. Ou seja, nos países europeus a formação do capitalismo contou com o mercado interno, isto é, incorporou a força de trabalho para a sua expansão econômica. No entanto, nos países citados a industrialização não dependeu do dinamismo de uma produção interna, da capacidade de consumo interno. A exportação foi o fator primordial da indústria pautada na produção de bens de consumos suntuosos, de modo que se desconsiderou o consumo popular interno.

Atento a especificidade de algumas economias latino-americanas, entre elas a brasileira, Marini entendeu que a separação da produção e da circulação pôs uma economia dependente embasada na superexploração do trabalho e da compressão salarial.

Lembremos que para Fernando Henrique Cardoso, a “industrialização do mercado interno” foi responsável pela “nova situação de dependência” (ou interdependência), portanto, ele discorda, da análise de Marini.

As discordâncias de Cardoso sobre as teses de Marini apareceram em “Nota sobre o Estado atual dos estudos de Dependência”. Anunciando as discordâncias expressou: a formação da mais-valia relativa na Europa não dependeu da produção latino-americana, a exploração da força de trabalho na América Latina contou com uma combinação de formas, desse modo, Cardoso negou a superexploração do trabalhador como a base do capitalismo dependente. No entanto, Cardoso não nega que a despeito do avanço do capitalismo moderno, a miséria persistiu, mas entende que esse processo nada se relaciona com superexploração do trabalho, uma vez que a estrutura pré-moderna permaneceu. Destarte, suas conclusões encaminham para a positividade da expansão capitalista dependente e associada na periferia. (Cardoso, 1976)

É importante frisar que Cardoso entende o conceito de superexploração da força de trabalho de Marini como produção da mais-valia absoluta, conseqüentemente Marini não entenderia a nova realidade com a industrialização do mercado interno, em países como o Brasil, e a produção da mais-valia relativa na periferia do capitalismo.

Na visão de Cardoso, Marini cometeria o erro de não perceber as oportunidades e o desenvolvimento nos países periféricos. Portanto, Cardoso “cola” a interpretação de Marini às dos grupos foquistas e guerrilheiros dos anos 60 e 70, que não vislumbravam possibilidades de desenvolvimento das nações latino-americanas nos marcos do sistema capitalista, portanto, propunham a luta armada. Daí a caracterização de Marini como o intelectual que fundamenta o estagnacionismo das economias latino-americanas e defende a luta armada.

Em um ensaio de 1973, Marini responde a Cardoso explicitando a noção de superexploração do trabalho, diferenciando do conceito de mais-valia absoluta e reafirmando dependência como subordinação.

O cerne do problema para Marini é

“o fato que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia dependente tendem a obstacularizar seu trânsito desde a produção da mais-valia absoluta à relativa, enquanto forma dominante nas relações entre capital e trabalho. A gravitação desproporcional que a mais-valia extraordinária assume no sistema dependente é o resultado disso e corresponde à expansão do exército industrial de reserva e ao estrangulamento relativo da capacidade de realização da produção. Mais que meros acidentes no curso do desenvolvimento dependente, ou elementos de ordem transicional, esses fenômenos são manifestações da maneira como incide na economia dependente a lei geral da acumulação de capital. Em última instância, é de novo a superexploração do trabalho que temos de nos referir para analisá-los”. (Marini in. Stédile & Transpadini 2005:194)

Observa-se que para Marini, diferente de Cardoso, a acumulação de capital no Brasil se faz com a superexploração do trabalho, mesmo após o estabelecimento da exploração com a mais-valia relativa, uma vez que as limitações à acumulação de capital levaram a elevação da produtividade e da intensidade do trabalho, enfim acentuando a superexploração do trabalho e a mais-valia extraordinária.

A continuação dessa polêmica prosseguiu com a publicação do texto as “Desventuras da dialética da dependência” de Fernando Henrique Cardoso e José Serra. No texto, seus

autores propalaram que a política de compressão salarial veio devido ao “reacionarismo das forças” militares do pós-64 e da fraqueza dos sindicatos. Cardoso e Serra defenderam que “em pleno auge manteve-se uma política oficial de forte restrição salarial, ficando as melhorias eventualmente obtidas nesse terreno sujeitas às ‘forças de mercado’ e não por conta seja da política governamental (que permaneceu restritiva), seja da ação sindical ou do protesto social, que seguiram tão ou mais reprimidos e inexistentes que antes” (Cardoso & Serra, 1978: 75).

Eis que Cardoso expressa seu universo teórico e político, isto é, com o avanço do desenvolvimento associado a partir das alianças com as empresas modernas internacionais na absorção de tecnologias promoveria a produção da mais-valia relativa. As forças de mercado, de acordo com o autor, promoveriam às melhorias salariais. Contudo, nas economias industriais dependentes, em condições de democracia política e alto padrão tecnológico, prover-se-ia melhores condições para os trabalhadores, superando assim, a miséria e o atraso tradicional. Portanto, Cardoso propala o fim do “autoritarismo burocrático” dos militares e defendeu o modelo econômico de desenvolvimento associado.

O texto de Cardoso e Serra contra Marini foi produzido no contexto da luta pela Anistia política no Brasil. O escrito foi divulgado primeiramente no México e depois no Brasil, na revista do CEBRAP (Centro Brasileiro de Planejamento), instituição criada por Fernando Henrique Cardoso. No entanto, a resposta de Marini não teve a mesma divulgação no país, o que fez com que a obra mariniiana ficasse marcada, sobretudo no Brasil, pela interpretação dos intelectuais opositores.

Cardoso e Serra nomeiam a produção intelectual de Marini como sendo “estagnacionista”, isto é, como já comentamos, Marini não teria percebido a mudança vivenciada na periferia, o “desenvolvimento associado”. Portanto, Cardoso e Serra relacionam a obra de Marini com os trabalhos das interpretações cepalina, isebiana e *pecebista*, que interpretavam a estagnação da economia brasileira com o advento da ditadura militar pós-64.

Assentados no universo ideológico nacionalista, os intelectuais da Cepal, do Iseb e do PCB viram no trabalho de Roberto Campos frente ao Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica² a promoção da “destruição” da indústria brasileira, por sua posição de subordinação aos interesses do capital internacional. Deste modo, a estagnação da economia do país.

Comentando o trabalho de Marini, Cardoso escreve “esse tipo de análise ajudou a racionalizar os argumentos utilizados por parte da esquerda latino-americana ao longo dos anos sessenta e começo dos setenta para justificar a ‘luta armada’, [...] aceitaram a idéia de estagnação” (Cardoso & Serra, 1978:41).

Daí Cardoso relaciona a etapa nacional defendida pelo PCB, a chamada “revolução burguesa nacional”, e a proposta autonomista de Hélio Jaguaribe, que propalava o desenvolvimento nacional contra a estagnação. Outro intelectual que nesse contexto estava no diapasão crítico acerca da economia brasileira alinhada com os países centrais foi o economista Celso Furtado, pois argumentou que se assistiria no Brasil a “pastorização da economia”.

² Uma análise do trabalho de Roberto Campos no governo de Castello Branco, ver o nosso trabalho: MELO, W. F. de. “No governo de entressafra”: a práxis de Roberto Campos no governo de Castello Branco (1964-1967). Programa de Estudos Pós-graduados, Mestrado em História da PUC-SP, 2002.

Seguindo essa linha de raciocínio, Fernando Henrique Cardoso relacionou duas interpretações sobre o desenvolvimento capitalista:

“existem os que crêem que o ‘capitalismo dependente’ baseia-se na superexploração da força de trabalho, é incapaz de ampliar o mercado interno, gera incessante desemprego e marginalidade e apresenta tendências à estagnação e uma espécie de constante reprodução do subdesenvolvimento (como Frank, Marini e, até certo ponto, Theotonio dos Santos),”

E o autor continua

“os que pensam que, pelo menos em alguns países da periferia, a penetração do capital industrial-financeiro acelera a produção da mais-valia relativa, intensifica as forças produtivas e, se gera desemprego nas fases de concentração econômica, absorve mão-de-obra nos ciclos expansivos, produzindo, neste aspecto, um efeito similar ao do capitalismo nas economias avançadas, onde coexistem desemprego e absorção, riqueza e miséria.” (CARDOSO, 1993:143)

Contudo, podemos colocar Ruy Mauro Marini no mesmo grupo que os intelectuais nacionalistas? Marini comungava das teses de estagnação? A “superexploração do trabalho” induziria a estagnação da economia?

Entretanto, trata-se de fazer a diferenciação. No texto “Desventura da Dialética da Dependência”, Cardoso e Serra colocaram no mesmo grupo: Marini, “luta armada”, Hélio Jaguaribe e Celso Furtado. No entanto, Marini foi um crítico do nacional-desenvolvimentismo já no início dos anos sessenta, pois segundo ele “a ditadura correspondia à dominação do grande capital nacional e estrangeiro e impulsionava a economia do país a uma etapa superior do seu desenvolvimento capitalista”. (Marini in. Stédile & Transpadini, 2005:75) Desse modo, realçando a sua trajetória política, Marini analisa:

a “crise do pensamento desenvolvimentista não tinha por que afetar à jovem intelectualidade brasileira, que militava nas fileiras da esquerda revolucionária, surgida à margem do PC, no começo da década. O eixo das posições da esquerda era a crítica da estratégia desse partido, que postulava a colaboração de classe entre a burguesia nacional e o proletariado, em prol da revolução democrática burguesa, anti-imperialista e antifeudal” (Marini, 2000:173).

Nota-se então que o contexto de emergência da teoria da dependência foi a crise da proposta reformista nacional-desenvolvimentista, portanto Ruy Mauro Marini se colocou no campo crítico às interpretações “estagnacionistas” produzidas pelos intelectuais nacionalistas. Destarte, percebeu o novo ciclo de acumulação que as reformas Campos-Bulhões promoveriam, ou seja, considerou o papel do estado articulado com a iniciativa privada na criação de um mercado interno em substituição às reformas estruturais que o golpe de Estado de 64 inviabilizou.

Também é importante ressaltar que os teóricos da teoria da dependência, como André Gunder Frank e Theotonio dos Santos discordaram das posições “estagnacionistas”, pois estiveram no diapasão crítico à proposta de João Goulart, mas denunciaram o golpe de 64, além de perceber a constituição de um novo padrão de acumulação pautados no capitalismo financeiro internacional³.

³ Os teóricos da chamada teoria da dependência: Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Gunder Frank possuíram diferenças em suas análises, no entanto, os três se destacaram na crítica ao nacional-desenvolvimentismo e perceberam as implicações das modernizações econômicas com os golpes militares nos anos sessenta e setenta na América Latina.

Ainda acerca do desenvolvimento brasileiro, Marini identificou o subimperialismo, isto é, o papel que as economias dependentes exercem em relação às economias na mesma situação. Nota-se que a conceituação subimperialismo descarta a tese de estagnação das economias dependentes, pois identifica a formação da aliança entre o capital industrial e o capital bancário nos países dependentes, sobretudo o papel do Estado na viabilização dessa aliança, seja na criação do mercado interno, como na viabilização das condições gerais de produção. Contudo, mesmo com a estrutura do subimperialismo, a superexploração da força de trabalho constitui a base da dependência. Portanto, a economia subimperialista brasileira, de acordo com esta análise, sua realização repousa no mercado externo, no consumo interno suntuário e na demanda estatal.

Cardoso nega a teoria do subimperialismo, apesar de reconhecer que tanto o mercado externo, quanto o Estado atuam no sentido de absorver a demanda, mas enfatizam a industrialização do mercado interno e a extração da mais-valia relativa dos trabalhadores (Cardoso & Serra, 1978).

Contrapondo as observações de Cardoso, Marini relaciona a demanda global, não somente a interna como quer Cardoso. Isto é, o consumo interno não se converte em fato dinâmico para a sua realização.

Portanto, o capitalismo dependente, mesmo na forma de subimperialismo, está embasado na superexploração da força de trabalho, desse modo, identifica-se uma vez mais a separação entre o aparelho produtivo e as necessidades de consumo das massas, o que expressa no crescimento da produção suntuária, em relação ao setor de produção de bens necessário e, em consequência, na distorção equivalente que registra o setor de produção de bens de capital.

Projetos ideopolíticos

Ponderamos brevemente as polêmicas envolvendo Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso. A teoria da dependência emergiu no momento de crise da interpretação nacionalista sobre a realidade brasileira e mundial. Contudo os seus teóricos assumiram posições ideopolíticas distintas. Marini atuou junto à esquerda revolucionária e alertou para as questões da superexploração do trabalhador. No entanto, podemos dizer que Marini fundamentou as posições da luta armada? Do prognóstico Revolução ou Fascismo? Nota-se que as posições de Marini estiveram distantes das considerações de estaganacionismo, pois percebeu que a economia dependente pode exercer uma forma de subimperialismo, mas que essas economias permaneceram embasadas na compressão salarial. Destarte, a obra de Ruy Mauro Marini se direciona aos movimentos sociais de classe alertando para a necessidade de reivindicações contra a compressão salarial e a busca do estabelecimento do seu real valor.

Cardoso expressou outros interesses. Suas teses realçaram os interesses da burguesia dos países dependentes que se aliaram ao capital internacional, seu projeto político corroborou a recusa burguesa da etapa nacionalista. Expressou, assim, a interdependência e o desenvolvimento associado. Recusou a superexploração da força de trabalho como especificidade das economias dependentes, argumentando que se tratava de atraso tecnológico, mas que com o aprofundamento da associação ao capital internacional seria superado e generalizar-se-ia a extração da mais-valia relativa na periferia. É importante notar que Cardoso considerou a reforma econômica de Campos-Bulhões como sendo positiva para a economia, isto é, facilitou a incorporação do progresso técnico, mas recusou o “regime autoritário burocrático”, que segundo ele, seus meios políticos impediam a

modernização da sociedade. Seu universo teórico expressou os anseios da burguesia periférica associada ao capitalismo internacional, em especial da burguesia paulista.

Bibliografia:

- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.
- BORGES, M. A. “A ideologia antes da retórica” REGO, J. M. & GALA, P. (Org.) *História do pensamento econômico como teoria retórica*. São Paulo: 34, 2003.
- COTRIM, I. O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 2001.
- VAISMANN, E. “A ideologia e sua determinação ontológica”. *Revista Ensaio*, nº 17/18. São Paulo. 1989.
- CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento econômico na América Latina*. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- STÉDILE, J. P. & TRANSPADINI, R. (Org) *Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- CARDOSO, F. H. 1976 “Notas sobre o Estado atual dos estudos de dependência”, in: SERRA, J. (Org) *América Latina. Ensaio de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CARDOSO, F. H. & SERRA, J. “As desventuras da dialética da dependência”. In: *Estudos Cebrap*, nº 23, São Paulo, Cebrap, 1978.
- CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MARINI, R. M. *A dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARINI, R. M. *La dialectica de la dependencia*. México: Era, 1973.
- MELO, W. F. de. “No governo de entressafra”: a práxis de Roberto Campos no governo de Castello Branco (1964-1967). Programa de Estudos Pós-graduados, Mestrado em História da PUC-SP, 2002.
- SANTOS, T. dos. *A teoria da dependência*. Balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.